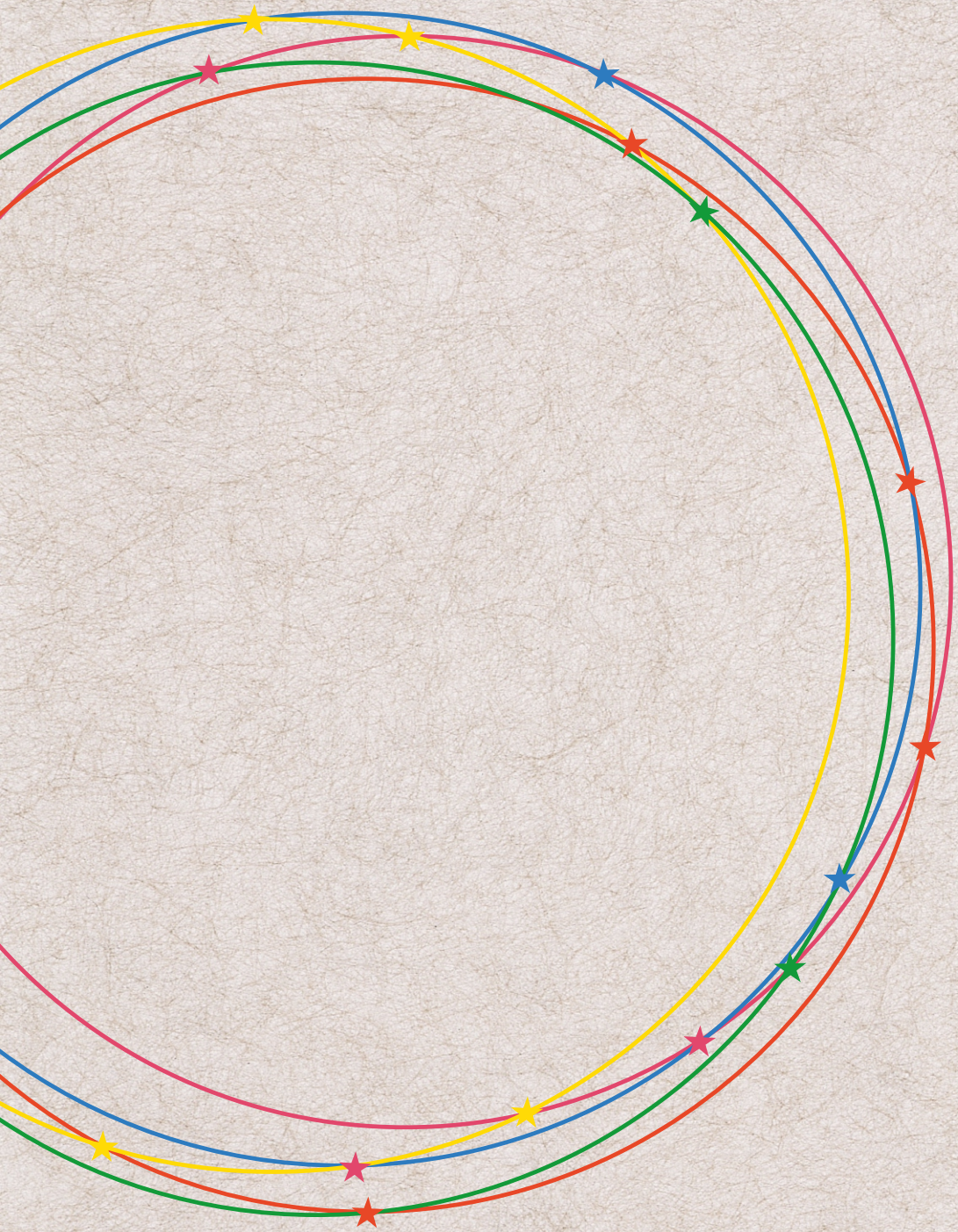
POR UM BRASIL JUSTO E SUSTENTÁVEL

Deputado Federal
NiltoTatto PT





SUMÁRIO



CLIQUE PARA INTERAGIR

Editorial

Clima, ODS e Agenda 2030

- Meio Ambiente
- Clima
- Em defesa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

Amazônia, Cerrado e Pantanal

Sínodo, Povos Tradicionais e Eleições

- O Sínodo Amazônico: Papa Francisco ouve a voz da Amazônia
- Povos indígenas e comunidades tradicionais
- Luta e resistência

Agrotóxicos

Reforma Agrária, Agroecologia e Agricultura Familiar

Atuação Parlamentar

- Destaques do mandato em 2019 e 2020
- Principais projetos de lei apresentados em 2019/2020
- Emendas parlamentares 2019
- Emendas parlamentares 2020

A luta pelo Auxílio Emergencial

Combate ao entreguismo do patrimônio público

Moradia e população de rua

Mobilidade

Animais

Galeria

EDITORIAL

A discussão sobre o impacto das ações humanas na capacidade do Planeta sustentar nossa civilização já tem algumas décadas, mas durante a pandemia de COVID19 ela ganhou ainda mais importância. Ainda que a origem do Coronavírus não esteja absolutamente clara, é patente que o modo de produção capitalista ocupa posição central no que diz respeito às mazelas às quais o ser humano vem sendo exposto.

Em outras palavras: a forma como o homem tem atuado está diretamente ligada ao surgimento e propagação de vírus e doenças infecciosas. Estudos apontam conexões profundas, por exemplo, entre o agronegócio e o Coronavírus (Rob Wallace – "Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência"). O alinhamento genético de espécies de animais com baixa imunidade criados em confinamento; a destruição ambiental; o uso intensivo de agrotóxicos; a monocultura e a concentração de terras tem impactos imensuráveis no meio ambiente e nas populações globais.

Estamos falando do mesmo modelo de produção que tem levado à devastação da Amazônia; da Mata Atlântica; do Cerrado e do Pantanal, entre outros biomas ameaçados pelo capitalismo selvagem. Também são as mesmas práticas que desestabilizam governos e instituições, reduzem ou acabam com os direitos trabalhistas, com as políticas sociais e os serviços públicos - com destaque para a saúde; a educação; a habitação; o saneamento; os transportes e a segurança.

Ao defender a agricultura familiar; a distribuição de terras (Reforma Agrária); o manejo adequado do solo (Agroecologia) e a diversidade de culturas, nosso mandato busca enfrentar diretamente este modelo perverso intensificado durante os últimos 70 anos. É o mesmo caso quando combatemos as mudanças climáticas; quando buscamos ferramentas para cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's); quando defendemos os povos tradicionais e os projetos de renda mínima, materializados hoje no Bolsa Família ou no auxílio emergencial, entre outras ações destacadas no boletim que segue.

Felizmente uma parcela da população do nosso vasto e diverso continente americano já percebeu que o sistema capitalista financeiro não é capaz de enfrentar as enormes desigualdades que caracterizam o mundo contemporâneo. Ainda que no Brasil as eleições municipais não tenham revelado a mesma tendência, a derrota de Donald Trump nos Estados Unidos e as vitórias do Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia; da Frente de Todos na Argentina; do Movimento Regeneração Nacional no México, são apenas alguns exemplos de que o povo quer participar das mudanças necessárias para a construção de um mundo justo e sustentável. Essa construção coletiva se chama democracia e é por ela que lutamos.

Nilto Tatto


EBC
sbt
sbt

CLIMA, ODS E AGENDA 2030

MEIO AMBIENTE

Em seu segundo mandato, iniciado em 2019, Nilto Tatto foi vice-líder do PT e coordenador de duas importantes frentes parlamentares no Congresso Nacional: a Ambientalista e a de Apoio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Na Frente Ambientalista, Tatto liderou a Oposição no enfrentamento aos retrocessos nas políticas ambientais de Jair Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, denunciando o aumento recorde de desmatamento e das queimadas na Amazônia, o derramamento de óleo na costa brasileira, o desmonte das estruturas institucionais de órgãos como o Ibama e o ICMBio, e a perseguição aos servidores ambientais.

Como membro do Grupo de Trabalho criado na Câmara para atualizar o marco legal de Licenciamento Ambiental no Brasil, o deputado foi decisivo para barrar a versão do texto que a bancada ruralista pretendia impor ao país, que praticamente extinguia a necessidade de avaliar os impactos sobre o Meio Ambiente de empreendimentos imobiliários e obras públicas. O tema segue em debate ainda sem uma posição final.







CLIMA

As discussões e manifestações sobre o impacto da ação humana no meio ambiente ganharam enorme projeção em 2019. Para enfrentar os desafios que se apresentam, Nilto Tatto se mobilizou na Greve Geral pelo Clima, que sensibilizou milhões de pessoas em mais de 100 países. O deputado integrou a delegação brasileira na Conferência da ONU para o Clima (COP-25), na Espanha, onde apresentou ao mundo as consequências prováveis diante da política de destruição ambiental praticada pelo governo brasileiro.

EM DEFESA DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

Em 2019 e 2020, Nilto Tatto promoveu e coordenou debates importantes que trouxeram para o âmbito do Congresso a relevância da luta pelo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, metas com as quais o governo brasileiro comprometeu-se a cumprir até 2030.

Em tempos de pandemia e esgotamento dos recursos naturais, o debate sobre um novo modelo de desenvolvimento é fundamental para criarmos um mundo mais saudável, ecologicamente equilibrado e com bem-estar a todos os povos.

AMAZÔNIA, CERRADO E PANTANAL

Após 30 anos como ativista socioambiental, em 2019 Nilto Tatto iniciou o segundo mandato de Deputado Federal, encampando novamente a defesa do meio-ambiente como pauta central da atividade parlamentar.

Os anos de 2019 e 2020 foram marcado por graves crimes, desmontes e tragédias ambientais, revelando a necessidade de combater a indiferença do governo Federal com relação à preservação dos recursos naturais e da vida:

rompimento da barragem de Brumadinho (MG);

derramamento de óleo na costa brasileira;

aumento recorde das queimadas e do desmatamento na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal (Fonte: INPE).

Como coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista (2019), o deputado Nilto Tatto:

- enfrentou o governo Bolsonaro, impedindo a votação da Medida Provisória 910, conhecida como MP da Grilagem;
- combateu as tentativas de Ricardo Salles flexibilizar a preservação das Áreas de Proteção Permanente da Mata Atlântica;
- resistiu aos desmontes do Fundo Amazônia e dos mecanismos de fiscalização e controle, como o IBAMA, ICMBio e INPE, além dos ataques à ONG's como o Greenpeace, WWF e Saúde e Alegria;
- mobilizou contra a retirada da proteção ambiental de áreas de mangues e da restinga.

Membro da Comissão de Meio Ambiente, Tatto participou do Grupo de Trabalho que debateu a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, defendendo o Código Florestal, bem como os mecanismos de compensação previstos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Tatto integrou ainda uma comitiva de deputados que visitou o Pantanal para discutir e elaborar projetos e propostas permanentes para enfrentar as queimadas e o desmatamento, seja neste bioma como na Amazônia e no Cerrado, que em 2020 sofreram recordes de devastação.







O deputado participou de fóruns e debates sobre:

- o derramamento de óleo no Nordeste com pesquisadores do Instituto Oceanográfico (IO/USP);
- a situação da Amazônia, com professores e alunos da UFSCAR;
- o Forum Permanente da Amazônia;
- a transição ecológica, em eventos da Fundação Perseu Abramo;
- a pauta ambiental em geral, dialogando com cientistas, especialistas, trabalhadores, a comunidade e o poder público;
- a construção de uma agenda de sustentabilidade entre o Brasil e a União Europeia, com membros do parlamento europeu;

No Congresso:

- Requerimentos de convocação do Ministro do Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos sobre as políticas de combate ao desmatamento e às queimadas;
- PL 4531/20, que decreta moratória (a suspensão temporária) por 5 anos de qualquer atividade de supressão de floresta ou vegetação nativa;
- PL 5014/20, que proíbe a utilização agropecuária ou urbana por até 20 anos de terras com cobertura vegetal nativa ilegalmente desmatadas ou queimadas;
- PL 5009/20, que dispõe sobre o auxilio emergencial aos pantaneiros atingidos pelos incêndios no Pantanal;
- protocolou uma ação popular solicitando a suspensão da reunião do CONAMA que retirou a proteção ambiental de mangues, da restinga e das Áreas de Preservação Permanentes de reservatórios artificiais;
- Pedido no STF para que o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, prestasse esclarecimentos sobre a reunião CONAMA que retirou a proteção de importantes biomas brasileiros;
- Participou da elaboração de uma PEC criando o Fundo de Proteção de Biomas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Protocolou o PL 5086/20, que insere definitivamente a proteção dos mangues e da restinga no Código Florestal.

SÍNODO, POVOS TRADICIONAIS E ELEIÇÕES

O SÍNODO AMAZÔNICO: PAPA FRANCISCO OUVE A VOZ DA AMAZÔNIA

Nilto Tatto foi um dos parlamentares brasileiros que representou o País no Sínodo da Amazônia, encontro organizado pelo Papa Francisco no Vaticano. Durante o Sínodo, um amplo processo de escuta realizado pela Igreja Católica, entregou aos mais de 250 bispos o relatório "Direitos Humanos na Amazônia Legal", com informações detalhadas sobre dados socioeconômicos; desmatamento; queimadas; desmonte institucional; defensores de direitos humanos e meio ambiente; quilombolas e a luta pela terra; cobiça pela terra e por recursos naturais; conflitos agrários e trabalho escravo, entre outros pontos.

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Como ambientalista, Nilto Tatto atua há mais de 30 anos na defesa dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras e quebradeiras de coco. Integra a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas e a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos de Quilombolas.

Em 2019 Tatto defendeu o direito de consulta dos povos tradicionais; combateu os desmontes na Funai; refutou os projetos de mineração em terras indígenas e áreas de conservação que podem voltar à pauta a qualquer momento. Antes da pandemia, o deputado esteve no Acampamento Terra Livre, no Empate dos Povos da Amazônia e em visita aos Waimiri-Atroari. Entre os quilombos visitados, podemos citar o Quilombo Galvão, Quilombo Ivapurunduva, Quilombo São Pedro, Quilombo Nhanguara, Quilombo Cangume e Quilombo André Lopes, entre outros.

Após o início da pandemia, Nilto Tatto liderou a articulação entre setores do Congresso e da sociedade civil para mobilizar a população pela derrubada dos vetos de Jair Bolsonaro ao PL 1142/2020, que criou o Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19 nas aldeias indígenas e comunidades tradicionais.





LUTA E RESISTÊNCIA

Nosso mandato valoriza a luta e resistência de indígenas e quilombolas e celebra os números admiráveis de candidatos destes povos eleitos nos pleitos municipais deste ano. Segundo um levantamento do Instituto Socioambiental (ISA), 220 indígenas e 57 quilombolas foram eleitos no país em 2020. Em relação aos indígenas, 10 candidatos irão assumir a liderança de prefeituras, 10 serão vice-prefeitos e 200 vereadores. Já os quilombolas contam agora com um prefeito, um vice-prefeito e 55 vereadores pelo país.

Em relação ao número total de candidatos indígenas, foram 2216 em 2020, 26% a mais na comparação com as eleições de 2016. O grande avanço em relação às últimas eleições ocorreu, principalmente, nas candidaturas para prefeitos e vice. Nestas disputas, foram 38 candidatos indígenas para a chefia dos executivos e 72 candidatos a vice-prefeito. Num balanço geral, 23 dos 26 estados brasileiros tiveram candidaturas indígenas aos cargos de prefeito ou vice. Em 2016, eram apenas 16.

AGROTÓXICOS

De janeiro a outubro de 2020, Bolsonaro liberou 343 novos pesticidas de uso agrícola. O número só fica atrás dos 400 liberados no mesmo período (10 meses) em 2019, ano em que o governo brasileiro bateu o recorde de liberação de agrotóxicos, 474. Em novembro de 2020, o ministério da Agricultura liberou mais 42 novos venenos, chegando a 385 no ano.

Estes venenos contaminam o solo, as águas, o ar e os alimentos, oferecendo riscos à fauna, a flora e à vida humana. Para piorar, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) passou a considerar de baixo risco venenos extremamente perigosos.

A política de liberação de agrotóxicos também coloca em risco as exportações de produtos agrícolas brasileiros, já que o mercado internacional tem padrões sanitários cada vez mais rigorosos. Países já anunciaram boicote à produção nacional.

Nilto Tatto é relator do projeto que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA); ajudou a elaborar e lançar a Política Estadual de Redução de Agrotóxicos (PERA) em São Paulo e defendeu o fim do subsídio à cadeia dos agrotóxicos na Reforma Tributária.



Além de promover e participar de encontros, feiras, debates, assembleias, audiências e entrevistas sobre o assunto, o mandato do deputado Nilto Tatto viabilizou uma reunião com o presidente da ANVISA para impedir o adiamento do banimento do PARAQUAT, um dos agroquímicos mais letais do mundo.

Ao lado de outros parlamentares, Tatto protocolou uma ação popular contra a ministra da Agricultura e o diretor-presidente da ANVISA, por condutas ilegais e imorais no processo que liberou a desova de estoques do PARAQUAT. A ação pedia ainda a suspensão da decisão da Agência de estender o prazo para o banimento do produto.

Bons Exemplos: a cidade de Florianópolis (SC) aprovou um projeto que torna o município "Zona Livre de Agrotóxicos". Outros projetos semelhantes tramitam em São Paulo (PL 674/2019) e na região metropolitana de Curitiba (PL 438/2019).

REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR



Atualização da luta em defesa dos animais; Projeto de auxílio à agricultura familiar e problemas de abastecimento de alimentos no governo Bolsonaro.

Segundo relatório da ONU, para combater a fome no mundo é preciso:

Promover a Reforma Agrária e a distribuição de terras;

Combater a monocultura;

Combater o uso de agrotóxicos.

Como deputado Federal, Nilto Tatto defende a Reforma Agrária; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Agricultura Familiar; o incentivo do Estado à produção orgânica e agroecológica; o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Fome Zero; a economia solidária e o foco em sistemas econômicos locais.

O deputado é membro da Comissão de Legislação Participativa; da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária e da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia.

Em 2019 e 20, Tatto participou dos seminários Terra e Território (Guararema, Brasília e edição virtual) e FRUTO; dos festivais Banquetaço/Comida de Verdade; da Romaria da Terra; de feiras da Reforma Agrária e de Troca de Sementes dos Quilombos do Vale do Ribeira além das visitas à diversos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária.



Durante a pandemia, Nilto Tatto defendeu a aprovação sem vetos do PL 735/2020, que estabelece auxílio emergencial à Agricultura Familiar, como forma de garantir emprego e renda para a população do campo e combater à alta nos preços e a possível escassez de alimentos.

O deputado protocolou o PL 5085/20, tornando lei a Resolução 284/01, que determina que o licenciamento ambiental de projetos de irrigação deva ser realizado de acordo com a dimensão da área irrigada e o método empregado, priorizando “projetos que incorporem equipamentos e métodos mais eficientes”.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Destaques do mandato em 2019 e 2020

Vice-líder do PT;

Membro de 3 Comissões Permanentes: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Legislação Participativa e Trabalho, Administração e Serviço Público; na Subcomissão de Políticas Agroambientais, Grupo de Trabalho do Licenciamento Ambiental, e na Comissão Especial que apurou as Queimadas nos Biomas Brasileiros;

Relator da MP 1005, Medida Provisória que autoriza a Funai a criar barreiras sanitárias em áreas indígenas;

Membro da Comissão Mista de Orçamento.

Principais Projetos de Lei apresentados em 2019 e 2020

PL 6286/2019 Qualifica o crime de invasão de terras públicas a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade (grilagem). Autoria em conjunto com outros 11 parlamentares;

PL 5702/2019 Estabelecimento do Fundo Amazônia;

PL 6246/2019 Proibição da fabricação, comercialização e circulação de motores a combustão a partir de 2030;

PL 4752/2019 Institui o Dia de Luta da População de Rua;

PL 2671/2019 Altera duas leis que tratam da gestão de recursos hídricos;

PL 1685/2019 Dispõe sobre a obrigatoriedade da definição de metas anuais para o programa de Reforma Agrária. Autoria em conjunto com outros 4 deputados;

PL 4947/2019 Regula a possibilidade da Declaração de Anistiado Político a comunidades indígenas atingidas por atos institucionais ou de exceção editados entre 1946 e 1988. Autoria em conjunto com outros 2 deputados;

PL 1693/2019 Altera a Lei que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens;

PL 3745/2019 Proíbe o uso dos agrotóxicos chamados “nicotinóides”, apontados pela ciência como altamente tóxicos para abelhas;

PL 3225/2019 Institui o Dia 03 de dezembro como Dia Nacional das Torcidas Organizadas;

PL 4741/2019 Estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Autoria com outros 5 deputados;

PL 1487/2019 Proíbe a criação de pássaros em gaiolas e viveiros;

PL 1486/2019 Proíbe a construção de usinas hidrelétricas no Rio Paranapanema.



PL 5269/2020 Responsabilização dos causadores de incêndios florestais. Autoria em conjunto com outros 15 deputados;

PL 5268/2020 Proíbe o uso da técnica conhecida como "correntão" e inclui sua utilização como agravante de crimes contra a flora. Autoria em conjunto com outros 15 deputados;

PL 5215/2020 Dispõe sobre prevenção e repressão ao desaparecimento forçado de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas. Autoria com outros 34 deputados;

PL 5086/2020 Altera o Código Florestal para dispor sobre a proteção de restingas, dunas e áreas de preservação permanente no entorno de reservatórios artificiais;

PL 5085/2020 Dispõe sobre o Licenciamento de projetos de irrigação;

PL 5014/2020 Proíbe a utilização agropecuária ou urbana das terras com cobertura vegetal nativa ilegalmente, desmatadas ou queimadas por 20 anos. Autoria conjunta com 1 outro deputado;

PL 5009/2020 Cria o Auxílio Emergencial aos pantaneiros atingidos pelos incêndios no Bioma Pantanal. Autoria em conjunto com 12 outros deputados;

PL 4992/2020 Trata do Programa Nacional de Imunizações e estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças. Autoria conjunta com a bancada do PT;

PL 4943/2020 Institui o Programa Renda e Trabalho para Todos. Autoria conjunta com a bancada do PT;

PL 4887/2020 Regulamenta a profissão de Constelador Sistêmico ou Terapeuta Sistêmico. Em autoria com outros 6 deputados;

PL 4774/2020 Assegura a reserva de vagas para afrodescendentes nas ações financiadas com recursos de origem pública junto a entidades do terceiro setor. Autoria conjunta com outros 34 deputados;

PL 4633/2020 Veda a inscrição em cadastros de proteção ao crédito dos empregados que forem demitidos enquanto vigorar o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 no Brasil. Autoria conjunta com a bancada do PT;

PL 4614/2020 Dispõe sobre medidas emergenciais para a regularização da oferta de alimentos da dieta básica da população brasileira. Autoria conjunta com a bancada do PT;

PL 4531/2020 Estabelece moratória para a supressão da vegetação nativa na Amazônia Legal;

PL 4420/2020 Garante a concessão do Auxílio Emergencial até durar o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 no Brasil;

PL 4383/2020 Fornece banda larga e dispositivos necessários ao acesso à educação dos estudantes de comunidades indígenas e quilombolas. Autoria conjunta com outros 40 deputados;

PL 4172/2020 Dispõe sobre a criação de um novo contrato de trabalho em plataformas digitais de transporte individual privado ou de entrega de mercadorias. Autoria conjunta com outros 39 deputados;

PL 4086/2020 Altera a Lei de criação do Bolsa Família para ampliar as condições de superação da vulnerabilidade econômica no Brasil (Mais Bolsa Família). Autoria conjunta com a bancada do PT;

PL 5413/2020 permite a estados e municípios importar vacinas contra a Covid-19, que já tenham sido licenciadas nos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, União Europeia e Canadá.

PL 4041/2020 Altera a Lei Eleitoral com o fim de promover candidaturas étnico-raciais e assegurar recursos e tempo de rádio e TV em proporções equivalentes. Autoria conjunta com outros 24 deputados;

PL 3890/2020 Institui o Estatuto da Vítima. Autoria conjunta com outros 32 deputados;

PL 2969/2020 Proíbe as operadoras de telecomunicações de vender dados de deslocamento de seus usuários, mesmo que anonimizados;

PL 2853/2020 Institui linha emergencial de crédito no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Autoria conjunta com 43 outros deputados;

PL 2005/2020 Veda a supressão ainda que temporária de adicionais ao salário de funcionários públicos que percam a condição em função do teletrabalho. Autoria conjunta com outros 7 deputados;

PL 2004/2020 Dispõe sobre a redução das mensalidades de instituições de Ensino Superior privadas enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional. Autoria conjunta com 10 outros deputados;

PL 1525/2020 Estabelece a obrigatoriedade das concessionárias de estradas e pedágios que providenciem abrigo e local de higiene pessoal e refeição a preços simbólicos aos caminhoneiros nas rodovias brasileiras em períodos de decretação de calamidade pública;

PL 1023/2020 Proíbe a suspensão de serviços médicos contratados em planos de saúde. Autoria conjunta com 14 outros deputados.

Emendas Parlamentares 2019

SAÚDE:

Atenção básica: R$ 3.500.387,00 destinados a 17 municípios: Cubatão, Eldorado, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Gália, Ibitinga, Mirante do Parapanema, Ourinhos, Palmital, Paulistânia, Piraju, Pirajuí, Pontal, Rancharia, Santo Antônio da Alegria, São Carlos;

Aquisição de Equipamentos: R$ 1.995.000,00 destinados a 10 municípios: Assis, Avanhandava, Bauru, Guarujá, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Ribeirão Branco, Santópolis do Aguapeí, Sorocaba, Tatuí;

Atenção Especializada: R$ 1.145.013,00 destinados a 7 municípios: Franca, Guarujá, Penápolis, Rosana, São Paulo, Taquaritinga, Terra Roxa;

Educação em Saúde: R$ 500.000,00 para iniciativas da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, Levante Popular da Juventude e TVT.

DIREITOS HUMANOS:

R$ 200.000,00 destinados a 2 municípios: Ribeirão Preto e São José dos Campos.

ESPORTE:

Adequação de Equipamentos Esportivos: R$ 3.000.000,00 destinados a 4 municípios: Araraquara, Santo André, São José dos Campos e São Paulo.

AGRICULTURA:

Aquisição de Equipamentos: R$ 1.910.000,00 destinados a 6 municípios: Barra do Chapéu, Castilho, Euclides da Cunha, Itaoca, Promissão e Santo Anastácio.

OBRAS DE INFRAESTRUTURA:

R$ 2.500.000,00 destinados a 7 municípios: Apiaí, Guarujá, Itapecerica da Serra, Miguelópolis, Paraguaçu Paulista, São José da Bela Vista e Suzano.

EMENDAS DA BANCADA PAULISTA:

Segurança Pública: R$ 928.571,40 destinados ao município de São Paulo.

Emendas Parlamentares 2020

SAÚDE:

Atenção Especializada: R$ 3.330.000,00 para 18 municípios: Bom Jesus dos Perdões, Cosmópolis, Cravinhos, Franco da Rocha, Hortolândia, Itaquaquecetuba, Mairinque, Mauá, Paulínia, Peruíbe, Santa Rosa de Viterbo, São Carlos, São José do Rio Preto, São Roque, São Simão, Serra Azul, Serrana, Suzano;

Atenção Básica: R$ 2.950.454,00 para 22 municípios: Apiaí, Avanhandava, Barra do Chapéu, Bernardino de Campos, Canitar, Cubatão, Eldorado, Embu das Artes, Embu Guaçu, Gália, Itapirapuã Paulista, Itápolis, Itirapuã, Martinópolis, Miguelópolis, Mirante do Paranapanema, Ourinhos, Planalto, Pontal, Ribeirão Branco, Santópolis do Aguapeí, Ubatuba;

Aquisição de Equipamentos: R$ 1.454.417,00 para 4 municípios: Castilho, Guaíra, Penápolis, São Paulo;

Educação em Saúde: R$ 450.000,00 para iniciativas da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida e Levante Popular da Juventude.



DIREITOS HUMANOS:

R$ 350.000,00 destinados ao município de São Paulo.

CULTURA:

R$ 300.000,00 destinados ao município de São Paulo.

EDUCAÇÃO:

R$ 300.000,00 destinados ao município de São Paulo.

AGRICULTURA:

Aquisição de Equipamentos: R$ 864.000,00 destinados a 3 municípios: Agudos, Itaberá e Promissão.

ASSISTÊNCIA SOCIAL:

R$ 805.000,00 destinados a 4 municípios: Araraquara, Itaoca, Ribeirão Preto e São Paulo - Obras de Infraestrutura.

A LUTA PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL



Quando a pandemia se intensificou no Brasil, perdemos muito tempo com a postura negacionista do governo Federal. A falsa contradição entre preservar a economia ou a saúde, como se fossem duas ações distintas e incompatíveis, levou muitas pessoas a perder seus negócios, empregos e o sustento da família, quando não a própria vida ou de algum ente próximo.

Nilto Tatto foi um dos parlamentares que lutou para a criação de um Auxílio Emergencial no valor de um salário mínimo mensal (R$ 1045), quando a proposta do governo Bolsonaro era de apenas R$ 200. Graças à Oposição, conseguimos aprovar uma proposta de meio-termo que chegou à R$ 600. Agora, seguimos na luta para que o Auxílio Emergencial seja extendido enquanto durar a pandemia, ao contrário do governo, que quer pagar apenas R$ 300.

Nosso mandato também segue na luta para a implementação plena do PL 735/2020, chamado de Lei Assis Carvalho, para garantir o pagamento do Auxílio Emergencial aos agricultores familiares. Jair Bolsonaro aprovou o PL com tantos vetos que praticamente inviabilizou o apoio a este setor tão importante da nossa agricultura. Trabalhamos pela derrubada destes vetos e a sanção do texto original.



COMBATE AO ENTREGUISMO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Bolsonaro e Guedes almejam estabelecer a maior política de privatizações da história brasileira, superando a era FHC. Infelizmente já conseguiram aprovar, entre outras, a privatização dos serviços de água e esgoto no Brasil, a qual o mandato do deputado Nilto Tatto se posicionou de forma contrária.

Enquanto muitos países estão reestatizando o saneamento após enormes fracassos da iniciativa privada (seja pela incapacidade de reduzir os preços ou de atingir a universalidade do serviço), estamos indo na contramão do mundo, adotando uma postura entreguista com uma máscara moderna.

Agora a mobilização deve ser em defesa dos Correios e da Petrobras.





O serviço postal e a produção de petróleo são estratégicos para a estabilidade territorial e econômica, além da garantia da soberania nacional. Em 2020 trabalhamos duro para preservar estes importantes patrimônios do povo brasileiro, ainda que o governo Federal tenha se utilizado de problemas econômicos como pretexto para entregar os Correios e a Petrobras de bandeja ao capital internacional.



MORADIA E POPULAÇÃO DE RUA

Uma grande conquista da sociedade brasileira está prevista no artigo 6 da Constituição Federal, que trata dos Direitos Sociais, dentro do guarda-chuva dos Direitos Fundamentais. O texto prevê o direito à moradia, ao lado da educação, saúde, alimentação e trabalho, apenas parta citar alguns direitos sociais elencados na nossa Carta magna.

Antes mesmo do Coronavírus, a população em situação de rua no Brasil chegou a 222 mil brasileiros, número que só tende a aumentar, especialmente numa conjuntura de pandemia. Na cidade de São Paulo, a população em situação de rua aumentou mais de 50% só nos últimos 4 anos.

Nilto Tatto é o relator do PL 3440/15, que prevê atividades ambientais, culturais, de lazer e produtivas para geração de renda nos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida. O projeto foi aprovado na Câmara e ainda aguarda tramitação no Senado.

Tatto também é o autor do PL 9240/17, que prevê projetos de agricultura urbana e sustentável no Programa Nacional de Habitação Urbana e do PL 9026/17, que inclui mecanismos de incentivo à produção de alimentos na política de habitação de interesse social.

A lei que estabelece o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, celebrado todo dia 19 de Agosto também é de autoria do deputado, que em 2019 e 2020 participou de passeatas, manifestações, audiências e reuniões na Câmara Federal, de forma presencial ou virtual, em defesa dos direitos dessa parcela da população.





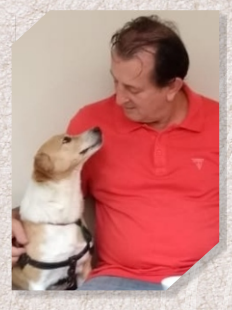
MOBILIDADE

Nilto Tatto defende o transporte público e coletivo sem tarifa (Tarifa Zero); a mobilidade ativa (a pé, em cadeira de rodas, de bicicleta, por patins, patinete ou skate, entre outras) e a democratização e o uso racional e equilibrado dos tempos e espaços urbanos

O deputado é autor do PL 6246/19, que prevê o fim da comercialização de motores à combustão até 2030, com proibição de circulação dos veículos com esse tipo de motor até 2050.

Tatto também fez a defesa do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), ameaçado por Bolsonaro. O seguro garante assistência em caso de acidentes e destina recursos para o Sistema único de Saúde (SUS).

ANIMAIS



Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), com 140 milhões de pets, o Brasil é o segundo País com maior número de animais de estimação no mundo. Seja por oferecer companhia, segurança e troca de afeto, ou para garantir acessibilidade à pessoas com deficiência, os bichanos já viraram parte das famílias.

Mas não é só com os pets que brasileiros e brasileiras estão convivendo: com a intensificação da destruição da nossa biodiversidade, animais silvestres que vivem nestes ambientes têm se aproximada cada vez mais de centros urbanos.

O mandato do deputado Nilto Tatto, trabalha pelo cuidado de toda forma de vida, seja dos nossos companheiros do dia a dia como daqueles que ainda vivem de forma selvagem, inclusive insetos, muitos deles fundamentais para a vida humana no Planeta.



Este trabalho vai desde a defesa de seu habitat (o meio-ambiente), como também em projetos e ações mais específicos. Vale destacar o enfrentamento ao PL da Caça (PL 6268/16), texto ao qual Tatto apresentou relatório contrário e o PDL 224/19, protocolado pelo deputado, que visa anular o decreto presidencial que amplia o porte e a posse de armas de fogo.

Tatto também apresentou o PL 3745/19, que proíbe o uso de agrotóxicos neocotinóides (causadores de alta mortandade de abelhas). As abelhas são responsáveis pela polinização de 75% dos alimentos consumidos no mundo e sem elas a vida estaria ameaçada.



GALERIA


Reunião com quilombolas do Vale do Ribeira e lideranças do MST


Com Lucinha e Maurinho no Abraço Guarapiranga



Recebendo abaixo assinado contra o uso de agrotóxicos, da Change.org


20ª Feira da Reforma Agrária em Maceió (AL)


Com vereador Edilson Dias Guarujá - SP


Manifestação em SP com Vereador Jair Tatto e Deputado Enio Tatto


Com Sonia Guajajara na defesa dos direitos dos Povos Indígenas na Câmara



20ª Feira da Reforma Agrária


Seminário com lideranças em Mogi com vereador Iduigues Martins, Deputado Enio tatto e Jilmar Tatto


Com Presidente Lula


Encontro com o Cacique Raoni e lideranças indígenas na Câmara


15ª edição do Acampamento Terra Livre


Superando obstáculos com a deputada Márcia Lia SP


Com Jilmar Tatto, Fernando Haddad e João Paulo (MST)


Em reunião com os moradores de Osasco, com deputados Emídio de Souza e Marcos Martins


Partida entre Amigos do Lula X Amigos do Chico


Com Guilherme Boulos



Expedição de parlamentares contra as queimadas no Pantanal



Com Cacique Raoni



Na Alesp, Lançamento da Frete Parlamentar Ambientalista SP



Mobilização pela soberania alimentar, durante o seminário Terra e Território



Encontro com lideranças do Vale do Ribeira SP



Encontro na Casa Chico Mendes e no Sind. dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC)



Junto aos companheiros João Paulo, Delvéchio do MST



Live "Comida de Verdade" com Gilmar Mauro (MST) e Bela Gil



Ao lado de mulheres indígenas, acampamento Terra Livre, em Brasília



Com jovens indígenas na Câmara, em defesa da demarcação já!



Vereador Senival Moura e Deputado Dr. Jorge do Carmo na Inauguração do CDC Veneza Independente



Com amigos e lideranças em Barra do Chapéu SP



Entrega de ação pela Reforma Agrária no STF com representantes de movimentos do campo



Reunião da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas com o presidente da Câmara



Vereador Arselino Tatto e Jilmar Tatto no Abraço Guarapiranga 2019



Almoço MST em São Paulo



Apoio ao trabalho de inclusão da Fundação Toque em Araraquara



Reencontrando o companheiro e mestre Josemar da Silva SP

POR UM BRASIL JUSTO E SUSTENTÁVEL



CLIQUE PARA INTERAGIR













Brasília
Câmara dos Deputados | anexo IV
gab. 502 Pça. dos Três Poderes
CEP 70160-900 Brasília - DF
Fone: 61 3215-5502/ 3215-3502
@dep.niltotatto@camara.leg.br

São Paulo
Rua Major Sertório, 200
Conjunto 402 - Vila Buarque
CEP: 01222-000 São Paulo - SP
Fone: 11 3129-7492
www.niltotatto.com.br